

ILUSTRÍSSIMA SERNHORA PREGOEIRA DA PREFEITURA DE MARICÁ --RJ

Pregão Presencial nº 07/2023

Processo Administrativo nº 19.911/2022

MONÃ CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 07.322.866/0001-68, com sede no SGAN 915, Módulo “G”, Bloco “C”, Asa Norte, Brasília – DF, CEP: 70.790-157, neste ato representado por seu Sócio Administrador, o Sr. **ALEX VALORI**, vem, apresentar, tempestivamente, com fulcro no art. 4º, inciso XVIII da Lei n. 10.520/02 c/c com o que dispões o Item 13 do Edital em epígrafe, a presente

CONTRARRAZÕES

aos termos explanados pelas Recorrentes que, nitidamente, tenta lograr êxito através de meios escusos neste certame, o qual tem por escopo a “Contratação de empresa para a prestação de Serviços de Locação de Veículos, com motorista e sem combustível para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Maricá e de suas Secretarias, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência”.

Golden Office Corporate
SGAN 915 Módulo G Bloco C Sala 102
Asa Norte - Brasília/DF

+55 61 3328-5331
mona.eco.br

I- TEMPESTIVIDADE

O termo que intimou a ré a contra-arrazoar o Recurso Administrativo da parte Autora, foi protocolado em 27/04/23 (quinta-feira). Desta forma, iniciando-se o prazo para apresentação de contrarrazões no primeiro dia útil subsequente, ou seja, em 28/04/23 (sexta-feira), logo ele se encerra em 03/05/23 (quarta-feira), haja vista o feriado do Dia do Trabalhador (1º de maio). Portanto, pugna-se pela tempestividade da presente contrarrazão, concluindo-se pela admissibilidade da presente, bem como por sua procedência pelos fatos e fundamentos que passa a expor.

II- DAS INCONSISTÊNCIAS APRESENTADAS PELAS RECORRENTES

a) SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA

A Lei de Licitações, no art. 30, indica que podem ser exigidos atestados para comprovar a aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

Com base nessa premissa, o item C.2.1¹ do Edital exigiu dos licitantes a apresentação de, no mínimo, um atestado de capacidade técnica que comprovasse aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características e quantidades com o objeto do Termo de Referência. Além disso, o item C.2.1.1² determinou que os atestados deveriam comprovar que a licitante administra ou administrou satisfatoriamente os serviços de locação de veículos com gestão de mão de obra.

A Contrarrazoante apresentou atestado de capacidade técnica emitido pela Companhia Pernambucana de Saneamento, comprovando, entre outros serviços, o

¹ C.2.1. 01 (um) atestado, no mínimo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da Licitante, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste Termo de Referência, de forma satisfatória, demonstrando que a Licitante gerencia ou gerenciou serviços de natureza similar;

² C.2.1.1. Os atestados deverão comprovar que a Licitante administra ou administrou satisfatoriamente os serviços de locação de veículos com gestão de mão-de-obra, compatíveis com o objeto licitado em quantidade equivalente a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo dos itens, até a data da abertura da sessão pública da licitação

fornecimento de mão de obra de 30 profissionais especializados em coleta/análise de água e o **fornecimento de 30 veículos automotores** para os profissionais das coletas.

Infelizmente, sempre que o tema é "capacidade técnica", surgem controvérsias, dúvidas ou interpretações equivocadas ou maliciosas, quanto aos limites a serem seguidos pelo Administrador ao exigir a comprovação da qualificação técnica dos licitantes.

No presente caso, o Recorrente, inconformado, adotou uma postura infelizmente comum, utilizando interpretações equivocadas e maliciosas, faltando com respeito à Pregoeira ao tentar induzi-la ao erro. Ele argumenta que o Edital exigiria "igualdade" entre os serviços objeto do certame e os atestados apresentados pela Contrarrazoante.

Contudo, é consenso tanto na doutrina quanto na jurisprudência do TCU que o que realmente se exige é "compatibilidade", "equivalência" ou "similaridade", e não igualdade. **Exigir igualdade nesse contexto configuraria ilicitude e comprometeria a competitividade na licitação.**

A seguir, trago excertos dos trechos doutrinários que corroboram o entendimento apresentado.

Em seu livro "Licitações e contratos administrativos", Hely Lopes Meirelles defende que os atestados devem ser similares ao objeto da licitação, de forma a comprovar a capacidade técnica do licitante.

Por outro lado, Marçal Justen Filho, em sua obra "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos", argumenta que **não é necessário que o atestado seja idêntico ao objeto da licitação, mas sim que comprove habilidades e conhecimentos técnicos necessários para a execução do objeto**, em outro ponto afirma, que a expressão "qualificação técnica" tem grande amplitude e significado. Em termos sumários, consiste no domínio de conhecimento e habilidades teóricas e práticas para execução do objeto a ser contratado."

Por fim, em "Manual de Licitações e Contratos da Administração Pública", Eduardo Sabbag ressalta que a similaridade dos atestados deve ser avaliada com base na complexidade e natureza do objeto licitado, de forma a não criar obstáculos desnecessários à participação dos licitantes.

Em relação aos tribunais, diversos acórdãos reforçam a necessidade de comprovação da aptidão na gestão de mão de obra e serviço, e não na execução de serviços idênticos ao objeto licitado, veja-se:

Acórdão 1.140/2005-Plenário.

Deve-se ter em mente que este Tribunal tem precedentes no sentido de que a **compatibilidade** entre os serviços anteriores e o serviço licitado deve ser entendida como condição de similaridade e não de igualdade.”

Acórdão 449/2017 – Plenário | Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, **os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, E NÃO NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS IDÊNTICOS AOS DO OBJETO LICITADO**, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais.

Acórdão 1891/2016 – Plenário | Ministro Marcos Bemquerer

Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, os atestados de capacidade técnica devem, em regra, **comprovar a habilidade da licitante em gestão de mão de obra.**

Acórdão 1168/2016 – Plenário | Ministro Bruno Dantas

Nas contratações de serviços de terceirização (serviços contínuos prestados mediante dedicação exclusiva da mão de obra), **os atestados de capacidade técnica devem, em regra, comprovar a habilidade da licitante na gestão de mão de obra.**

Acórdão 553/2106 – Plenário | Ministro Vital do Rego

Nas licitações para contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, **os atestados de capacidade técnica devem comprovar a aptidão da licitante na gestão de mão de obra, e não na execução de serviços idênticos aos do objeto licitado**, sendo imprescindível motivar tecnicamente as situações excepcionais.

Diante dessas constatações, verifica-se que é inviável exigir dos licitantes, no que se refere à qualificação técnica, atestados de experiência com objeto idêntico ao que será contratado, especialmente no presente caso, em que não há complexidades

técnicas para a execução do serviço. Portanto, a exigência de qualificação técnica, deve ser adequada para demonstrar que o licitante possui conhecimentos técnicos e práticos necessários para executar o objeto contratado. Nem mais, nem menos.

Em síntese, a Contrarrazoante possui a proposta mais vantajosa para a Administração, comprovando sua capacidade técnica em executar o objeto do certame com menor custo e melhor qualidade. Acolher o recurso contrarrazoado significaria negligenciar prejuízos ao erário, uma vez que a **SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA** apresentou valor superior.

Portanto, requer-se a manutenção do ato que declarou a Contrarrazoante como vencedora do certame.

b) EBEC - EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA

Em relação à alegação da Recorrente EBEC sobre as particularidades das empresas locadoras de veículos e a suposta necessidade de flexibilização dos índices contábeis exigidos no edital, é fundamental considerar que tais exigências estão em conformidade com a legislação e jurisprudência aplicáveis ao caso. A análise da capacidade econômico-financeira dos licitantes deve ser pautada por critérios legais e princípios que norteiam a Administração Pública, e não por interesses particulares dos licitantes.

É importante ressaltar que a Recorrente já tinha ciência de que não preenchia os requisitos da qualificação financeira e deveria ter apresentado impugnação ao edital em tempo hábil, solicitando alterações, caso julgasse necessário. A omissão nessa etapa implica na perda do direito de questionar o instrumento convocatório, sendo inadmissível utilizar o recurso administrativo para suprir tal falha.

O edital de licitação estabelece as regras e condições a serem seguidas pelos licitantes, e todos os envolvidos estão obrigados a cumprir suas disposições, conforme o princípio da vinculação ao edital (art. 41 da Lei 8.666/93). A tentativa de alterar as regras estipuladas no edital com base na conveniência dos licitantes viola este princípio. Marçal Justen Filho³, renomado jurista na área, reforça a importância desse princípio,

³ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 17ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 429

destacando que tanto a Administração quanto os licitantes devem cumprir e fazer cumprir todas as disposições do edital.

Outro aspecto relevante é a observância dos mecanismos legais disponíveis aos licitantes, como a impugnação do edital, para questionar irregularidades ou inconsistências. Conforme leciona Celso Antônio Bandeira de Mello⁴, o prazo para impugnar o edital é peremptório e a inobservância do prazo acarreta na decadência do direito de impugnar e impossibilita realizar questionamentos na fase de recurso.

Assim, em face da legislação e doutrina aplicáveis, as alegações da Recorrente não merecem prosperar, mantendo-se válida a análise da Comissão de Licitação quanto à incapacidade econômico-financeira da Recorrente, por estar em desacordo com o edital e com os princípios que regem a Administração Pública.

III- DOS PEDIDOS

Por todo exposto:

Dado o julgamento exato que foi deferido, conforme demonstramos cabalmente em nossa explanação, solicitamos que essa Administração considere como **indeferido** o recurso da empresa **SOLUÇÕES SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA** e da **EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA - EBEC** -.

Não obstante, requer-se, também, que seja indeferido o pleito das Recorrentes no que tange à desclassificação da Contrarrazoante.

É na certeza de poder confiar na sensatez dessa Administração, assim como, no bom senso da autoridade que lhe é superior, que estamos interpondo estas contrarrazões, as quais certamente serão deferidas, evitando assim, maiores transtornos.

Nesses Termos, pede deferimento.

Maricá-RJ, 03 de maio de 2023.

⁴ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 32ª ed. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 570

ALEX VALORI

Monã Consultoria Ambiental

Golden Office Corporate
SGAN 915 Módulo G Bloco C Sala 102
Asa Norte - Brasília/DF

+55 61 3328-5331
mona.eco.br